

HABEAS CORPUS Nº 548.031 - RJ (2019/0353988-3)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : FLAVIO SOARES CRELIER
ADVOGADO : FLÁVIO SOARES CRELIER - RJ130892
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JOAO PEDRO MESQUITA GUEDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOÃO PEDRO MESQUITA GUEDES contra decisão de Desembargador integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, que indeferiu a liminar no HC n. 0073687-44.2019.8.19.0000.

Nesta via, o impetrante alega a ocorrência de constrangimento ilegal, diante da ausência de fundamentação da decisão que indeferiu a medida liminar.

Sustenta que deve ser *"reconhecido em favor do paciente o EXCESSO DE PRAZO da duração de medida cautelar pessoal decretada em seu desfavor, já que este se encontra preso cautelarmente por mais de 11 (onze) meses sem que advenha o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, desrespeitando, portanto, o direito constitucional a razoável duração do processo"* (e-STJ fls. 20/21).

Defende não ser plausível a manutenção do paciente no cárcere por tanto tempo já que não fora *"reconhecido por nenhuma das testemunhas até então ouvidas sob o crivo do contraditório e ampla defesa"* (e-STJ fl. 47)

Aduz inexistir motivação válida a justificar a segregação cautelar imposta à paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a prisão cautelar do paciente, autorizando-o a responder o processo em liberdade, devendo ser expedido o competente alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Esta Corte Superior, nos termos da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, pacificou orientação no sentido de que *"não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância"* (AgRg no HC 252.412/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 9-10-2012, DJe 17-10-2012), destacando que *"O referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha que não escapa à pronta percepção do julgador"* (AgRg no HC 300.610/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 4-9-2014, DJe 15-9-2014).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular. É que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não

entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo ainda as seguintes considerações (fls. 58/59):

São dois os fundamentos do pedido de liminar.

Quanto ao excesso de prazo, sua constatação depende da oitiva da autoridade apontada como coatora, pois circunstâncias especiais podem justificadamente aumentar o prazo de duração do processo.

No que se refere aos indícios de autoria, a instrução ainda pende de complementação, a teor da própria inicial que salienta a necessidade de oitiva do Delegado de Polícia, Dr. Leandro de Aquino.

Não foi só pela existência de um processo anterior pela prática, em tese, do crime de latrocínio, que a custódia foi decretada. A ilustre magistrada assim se justificou:

[...]A materialidade restou demonstrada. Há fortes indícios de autoria na pessoa dos referidos denunciados. De acordo com as investigações, os denunciados Rodolfo e João Pedro, eram integrantes do grupo de sete indivíduos que, encapuzados, e mediante grave ameaça consistente no emprego de arma de fogo, invadiram a empresa Auto Ônibus Fagundes Ltda com uma retroescavadeira e subtraíram o cofre de aço que armazenava a quantia de R\$ 29.080,05., além de aparelhos de celular das vítimas José Ricardo Mota e Mark Davis, funcionários da referida empresa, os quais também tiveram sua liberdade restringida durante a empreitada criminosa. O crime narrado na denúncia é gravíssimo, cometido com ousadia por parte dos roubadores e com emprego de arma de fogo, o que indicia a ocorrência de delitos mais graves. O modus operandi utilizado pela quadrilha é nefasto pela violência e ousadia empregadas. A prisão dos réus se faz necessária para garantia da ordem pública. Registre-se que as vítimas ainda serão ouvidas em juízo e com os réus em liberdade poderão se sentir intimidadas em colaborar com a apuração dos fatos. A prisão também é necessária para conveniência da instrução criminal. Ademais, o quantum apenatório supera o patamar estabelecido no inciso I, do novo art.313. Acrescente-se ainda que a necessidade da prisão cautelar funda-se em elementos concretos

trazidos aos autos no presente caso. A própria natureza do delito, demonstra maior destemor, arroubo e certeza de impunidade, elementos concretos a demonstrar a aplicação da medida em razão da gravidade do crime.

Pelo exposto, considerando que se encontram presentes os requisitos do art. 312 do CPP, decreto a Prisão Preventiva dos réus RODOLFO BARBOSA DE AZEVEDO e JOÃO PEDRO MESQUITA GUEDES, este já se encontra preso por outro processo.

Realmente, a gravidade do crime em concreto se mostra pelo seu modus operandi, e a periculosidade dos agentes pode ser reconhecida. Nesse sentido: (STJ: RHC 110.282/MG, Rei. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019; HC 474.689/SP, Rei. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 12/03/2019; RHC 90.528/SC, Rei. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 29/11/2017; RHC 87.629/MG, Rei. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 11/10/2017; RHC 58370 / MG - QUINTA TURMA - Relator(a) Ministro RIBEIRO DANTAS - Data do Julgamento 02/02/2016; RHC 63962 / CE - QUINTA TURMA - Relator(a) Ministro JORGE MUSSI - Data do Julgamento 03/12/2015).

Assim sendo, não vejo plausibilidade para antecipar a soltura. Indefiro a liminar. Solicitem-se informações.

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária, para manter, ao menos por ora, a segregação cautelar do paciente.

Além disso, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator